



## **Consulta Pública n.º 136**

### **Proposta de repartição do financiamento dos custos com a tarifa social para 2026 e ajustamentos de anos anteriores**

**5 de dezembro de 2025**

Face à Proposta de repartição do financiamento dos custos com a tarifa social para 2026 e ajustamentos de anos anteriores, colocada em consulta pública pela ERSE, a 5 de novembro de 2025, entende a ENGIE partilhar os comentários que de seguida se apresentam sobre o modelo de financiamento e repartição dos custos associados à Tarifa Social.

#### **Financiamento da Tarifa Social**

Sendo a Tarifa Social uma medida de política social, a ENGIE defende que o seu financiamento deve ser assegurado através de mecanismos públicos, nomeadamente via Orçamento do Estado ou Segurança Social.

Importa salientar que esta opção difere da prática dos países da União Europeia, onde prevalece o financiamento público e a socialização direta dos custos. Reconhecemos que o modelo tem evoluído, com a extensão do financiamento aos comercializadores e agentes de mercado na função de consumo de energia elétrica, reduzindo o ónus sobre os produtores. Contudo, permanece penalizador para os produtores, face ao paradigma existente na restante União Europeia.

#### **Critérios de imputação aos produtores**

No modelo atual, a contribuição dos produtores é determinada pelo peso relativo da potência de ligação, sem considerar a energia efetivamente injetada na RESP. Este critério penaliza ativos que operam poucas horas e funcionam como centrais de backup para garantir a segurança do sistema elétrico nacional. A ENGIE apela à revisão deste critério, propondo que a imputação seja baseada na energia produzida e efetivamente comercializada no mercado.

#### **Tratamento diferenciado dentro dos sistemas de armazenamento**

O modelo atual isenta do pagamento da Tarifa Social os titulares de instalações de armazenamento através de baterias, para injeção na rede, mas não aplica a mesma lógica às centrais com bombagem, que também se constituem como sistemas de armazenamento. Esta diferença configura uma discriminação negativa da bombagem.



A ENGIE defende que este tratamento diferenciado seja revisto e que, para centrais com bombagem, o cálculo da contribuição seja feito com base na energia líquida (energia produzida deduzida da energia consumida para bombagem), evitando penalizações adicionais sobre uma tecnologia crítica para a transição energética.

A ENGIE mantém-se disponível para quaisquer esclarecimentos que a ERSE considere necessários.

### Acerca da ENGIE

O Grupo ENGIE é uma referência global no setor da energia, operando em várias vertentes: produção de eletricidade, distribuição e transporte de energia, retalho e serviços energéticos.

Assumimos a missão de liderar a transição energética para um mundo neutro em carbono, através da redução do consumo de energia e de soluções mais amigas do ambiente, conciliando o desempenho económico com um impacto positivo nas pessoas e no planeta, e tendo por base os nossos negócios principais (gás, energia renovável, serviços) para oferecer as melhores soluções aos nossos clientes.

Graças ao nosso modelo industrial integrado, operamos em toda a cadeia de valor, adquirindo, produzindo, armazenando, transportando e distribuindo energia, a par com o fornecimento de soluções de descarbonização para autoridades regionais, empresas e particulares.

Temos um cabaz energético equilibrado e flexível que combina gás e eletricidade e em que as energias renováveis desempenham um papel cada vez mais importante.

O Grupo tem experiência global em gestão de energia e vendas, estando representado em Portugal através de várias empresas localizadas no norte do país e em Lisboa. Desenvolve a sua atividade em três unidades de negócio complementares: Renováveis e Geração Flexível; Infraestruturas Locais de Energia; e Supply and Energy Management.